

Respostas dos candidatos à Presidência da Câmara Municipal de Grândola às perguntas colocadas por cidadãos

No âmbito da sessão-debate realizada no dia 26 de setembro, recebemos, por e-mail, perguntas de cidadãos que pretendiam vê-las colocadas aos candidatos à Presidência da CMG. No entanto, devido a limitações de tempo, não foi possível incluí-las no debate. Para que a participação dos cidadãos não ficasse sem resposta, selecionámos cinco dessas questões e enviámo-las por escrito aos candidatos, solicitando que respondessem de forma breve (aprox. 200 palavras), até ao dia 3 de outubro.

1. Cumprimento das Normas Ambientais – Caso da ETAR do Sublime:

Na última reunião da Assembleia Municipal foi abordado o problema do cheiro nauseabundo proveniente da ETAR do empreendimento turístico Sublime, uma situação que tem sido ignorada pelo atual Executivo ao longo dos anos. Que medidas pretende adotar para resolver este caso em particular? E de que forma propõe fiscalizar o cumprimento das normas ambientais por parte dos empreendimentos turísticos instalados em espaço rural?

Sónia dos Reis - AD:

Fui eu que levantei essa questão em Assembleia Municipal, aliás fomos a única bancada alguma vez a abordar o assunto, pois não foi a primeira vez. Farei o que deve ser feito, exigir a ligação à rede de esgotos da Muda, sendo o empreendimento a suportar os custos.

A fiscalização será feita durante todas as fases da construção dos empreendimentos (sejam eles quais forem) mas também de habitações privadas. Essas fiscalizações também ocorrerão em construções já concluídas e serão periódicas.

Hugo Constantino - Chega:

Desconhecendo a totalidade da atual situação da ETAR do empreendimento Sublime, terá que ser efetuada uma fiscalização por parte do município para se saber ao certo a raiz do problema. Após isso e caso se verifiquem anomalias na obra, a empresa terá um prazo para que regularize a situação, havendo um acompanhamento por parte da fiscalização do município.

Aurélio Rocha – IL:

O facto de se terem autorizado urbanizações turísticas desviadas dos centros populacionais leva à necessidade de criar ETARs de gestão privada. Neste campo a CMG tem a responsabilidade de verificação dos projetos para entender se as captações consideradas estão corretas para a capacidade da ETAR. Em alguns casos não estão porque os equipamentos escolhidos não são adequados ou porque houve expansão dos empreendimentos.

No âmbito da fiscalização da licença de habitabilidade a câmara deve visitar estas ETARs e verificar o seu funcionamento e alertar a APA para eventuais crimes ambientais. A existência de fugas de águas não tratadas é por si só um crime ambiental.

Se a IL tiver responsabilidade executiva na CMG todos os empreendimentos turísticos serão fiscalizados anualmente pela câmara para verificação dos critérios urbanísticos, ambientais e de segurança contra incêndios. Não é aceitável que os grandes promotores não cumpram as leis que são tão severas para os pequenos projetos.

Luis Vital Alexandre – PS:

A responsabilidade de fiscalização, neste caso, não é da Câmara. Existe inclusivamente uma entidade reguladora para o setor. Contudo, a Câmara pode abordar os empreendimentos e sensibilizá-los para a necessidade de serem corrigidas anomalias. É preciso perceber que a Câmara licencia os empreendimentos, com base em pareceres das entidades. Cada entidade deve depois assumir a responsabilidade de garantir a conformidade dos projetos. Acresce ainda o facto, segundo consegui apurar, que a nova ETAR da Muda está pronta, tal como a ligação ao Sublime, não se percebendo porque motivo a ETAR da Muda continuar parada.

**Respostas dos candidatos à Presidência da Câmara Municipal de Grândola
às perguntas colocadas por cidadãos**

Fátima Luzia – CDU:

A solução técnica adotada no ato da instalação do Sublime, embora resolva o problema do tratamento do efluente, não responde atualmente às reais necessidades.

O Sublime aceitou, por proposta do município, às suas custas, executar e financiar a construção de uma nova e moderna estação elevatória (neste momento concluída), para elevar o efluente para a nova ETAR da Muda, que se encontra em fase de testes de funcionamento.

É uma prioridade do próximo executivo da Câmara, que todos os empreendimentos turísticos sejam alvo de fiscalizações regulares pelo município e pelas entidades da tutela com estas atribuições, como é exemplo a APA.

2. Praia da Aberta Nova:

O atual Executivo anunciou a existência de um projeto para o novo parque de estacionamento, mas parece não haver ainda acordo com os proprietários do terreno. Que medidas pretende adotar para garantir a concretização deste parque, previsto no POC Espichel-Odeceixe aprovado em 2022?

Sónia dos Reis - AD:

Pretendo continuar as negociações com os proprietários, obviamente, de forma a chegar a uma solução que seja benéfica para ambas as partes. Nem que se construa uma bolsa de estacionamento mais distante e um passadiço contíguo à estrada, para facilitar a circulação pedonal, caso as negociações demorem mais do que o previsto.

Hugo Constantino - Chega:

Quanto ao parque de estacionamento na praia da Aberta Nova e não conhecendo o ponto de conversações entre as entidades envolvidas, estou certo que a obra do parque de estacionamento se irá realizar por via do diálogo, apelo ao bom senso e responsabilidade social. É uma obra que vai avançar com toda a certeza.

Aurélio Rocha – IL:

Se não houver acordo, será desencadeado o procedimento para se levar à Assembleia Municipal o processo de expropriação do terreno dado o manifesto interesse público do projecto. Também serão notificados os proprietários das estradas de acesso para o cumprimento da limitação de construção no domínio público rodoviário. Tem de ser assegurada a largura de circulação de 5 m como consta do regulamento de segurança contra incêndios e os 10m de non edificati do domínio público rodoviário.

Luis Vital Alexandre - PS:

Naturalmente que tenho todo o interesse em desenvolver o projeto adquirindo o terreno. Mas, tratando-se de um investimento de serviço público, existirá legitimidade para se propor e analisar a expropriação. Esta terá de ser uma situação a analisar após a tomada de posse.

Fátima Luzia – CDU:

A proposta de um novo parque de estacionamento na Praia da Aberta a Nova foi do atual executivo da Câmara em sede de encerramento da proposta final do POC Espichel-Odeceixe.

Junto dos proprietários do terreno, tentaremos até ao limite a negociação do terreno em causa. Caso não seja possível um entendimento, iremos defender o interesse público e avançar para a expropriação.

**Respostas dos candidatos à Presidência da Câmara Municipal de Grândola
às perguntas colocadas por cidadãos**

3. Recolha de Resíduos:

Que medidas propõe para melhorar a recolha de resíduos em todo o concelho? Tem alguma proposta concreta para a criação de pontos de recolha seletiva de resíduos de construção, tendo em conta o aumento de deposições ilegais deste tipo de materiais em várias zonas do concelho?

Sónia dos Reis - AD:

A solução passa por instalar mais dispositivos por todo o concelho e intensificar a periodicidade de recolha de lixo. Está equacionada a criação de espaços de recolha de resíduos em big bag (ex. pequenas obras), em todas as freguesias.

Hugo Constantino - Chega:

Relativamente à recolha de resíduos de construção, será construído um parque único e exclusivamente para depósito dos mesmos, tendo as empresas a responsabilidade da sua separação e transporte.

Contudo e para combate aos depósitos ilegais e à revelia do município, serão agravadas as coimas e será também reforçada a fiscalização.

Aurélio Rocha – IL:

A partir de 2027, em todo o país, será obrigatório desafectar a taxa de resíduos do consumo de água. Nessa altura terá de se implementar um sistema de caixotes de lixo com chave e sacos do lixo com código de barras para se poder controlar as produções de lixo.

Propomos a criação de ecopontos com chave nos bairros para poder recompensar na tarifa da água os utilizadores que mais reciclam.

As aldeias e lugares rurais devem ser tratados como as comunidades dos bairros e ter acesso ao mesmo tipo de ecopontos e contentores de bairro.

A recolha de lixo não controlada deve-se restringir às papelarias.

Em relação ao pequeno comércio e restaurantes tem de ser criado um sistema de recolha gratuito para materiais separados, exigindo apenas a estes que façam a separação e o armazenamento por alguns dias.

Luis Vital Alexandre – PS:

Essa é uma matéria que deve ser melhor fiscalizada. Existem aí competências partilhadas entre a Câmara, a CCDR e a GNR. A recolha de entulhos está regulamentada e a sua deposição só pode ser feita em aterros certificados. Será útil que a Ambilital, que faz a gestão dos resíduos no Alentejo Litoral, estude a possibilidade de passar a receber resíduos de obras. Mas é uma decisão que tem de ser analisada pelo Conselho de Administração.

Fátima Luzia – CDU:

A Gestão dos resíduos é um assunto complexo, no entanto estaremos atentos para a sua resolução.

Os Resíduos de Construção e Demolição (RCD) de obras privadas, devem cumprir a legislação aplicável e ser entregues em operadores licenciados para o efeito. Cabe à GNR-SEPNA, efetuar ações de fiscalização junto destas obras, proprietários e empreiteiros.

Relativamente à Recolha de Resíduos de um modo geral, o que pretendemos implementar de imediato:

Aquisição de novas viaturas de recolha de resíduos; reforço de pessoal; ações de fiscalização; ações de sensibilização e medidas de ajuste de reposta a novas necessidades.

**Respostas dos candidatos à Presidência da Câmara Municipal de Grândola
às perguntas colocadas por cidadãos**

4. Mobilidade e Estacionamento:

Que soluções concretas propõe para melhorar o transporte público entre as vilas e aldeias do concelho? E relativamente à vila de Grândola, quais são as suas propostas para a criação e gestão de zonas de estacionamento?

Sónia dos Reis - AD:

Iremos criar bolsas de estacionamento às entradas da vila, com serviço de transporte urbano gratuito por toda a vila, periferias e freguesias.

Hugo Constantino - Chega:

Em relação ao transporte público, será criado um projeto com minibus para todo o nosso concelho e vários locais de paragem à semelhança de outras localidades.

Quanto ao estacionamento, sou da opinião que o tipo de estacionamento em espinha garante muitas mais vagas de estacionamento, contudo a aposta num parque de estacionamento na periferia da nossa vila e com o projeto dos transportes públicos, conseguimos colmatar em grande parte o enorme problema existente.

Não temos também fora da equação o adotar um modelo de identificação para residentes, a fim de combater os estacionamentos abusivos.

Aurélio Rocha – IL:

Dada a localização geográfica de Grândola, a criação de um gare intermodal na estação de caminhos de ferro que sirva de garagem para autocarros deve ser uma prioridade. Fazer de Grândola o Hub rodoviário do litoral alentejano melhorará a oferta de transporte rodoviário pois as principais aldeias estão em pontos de passagem dessa rede. Se necessário a câmara deve financiar o transporte rodoviário nos períodos não letivos para que as aldeias continuem a usufruir do mesmo serviço.

Relativamente ao estacionamento, é necessária a criação de parques nas zonas de atratividade de serviços, nomeadamente junto à câmara. A IL propõe a criação de uma loja de cidadão no edifício da antiga coop, reforçando o estacionamento na zona próxima e deslocando para lá a atratividade de público. A IL também propõe a criação de um edifício centralizado de todos os serviços, que não o atendimento ao público, num terreno da câmara que tenha oferta de estacionamento, a ideia é racionalizar os serviços da câmara e desviar o trânsito do centro. Existe um projeto para uma deslocação parcial para o parque de feiras, mas é possível ser mais ambicioso e juntar todos os serviços lá.

De qualquer forma, nos terrenos adquiridos pela câmara junto ao centro histórico, perto do centro de saúde a IL propõe a criação de um parque municipal. Também pretendemos ter mais atenção a projetos que têm sido aprovados, por exemplo na avenida e que não cumprem os rácios de estacionamento.

Luis Vital Alexandre – PS:

Primeiro que tudo, pretendemos criar um serviço urbano de transporte público, articulado com os transportes da concessão do Alentejo Litoral, operada pela Rodoviária. Este novo serviço urbano deve permitir a mobilidade das pessoas da periferia para o centro, garantindo acesso à saúde, aos serviços públicos e à zona comercial. E importa que esteja também articulado com os horários dos comboios. À parte desse serviço urbano, é preciso reforçar algumas circulações e ligações às freguesias, o que terá de ser feito no seio da CIMAL, que é a Autoridade de Transportes para o efeito e é quem gere a concessão. Do ponto de vista do estacionamento, foram desenvolvidos planos de mobilidade urbana, mas nunca foram implementados. Teremos de os analisar e priorizar as intervenções neles previstas. Vamos igualmente construir um novo terminal rodoviário e este deve contemplar uma bolsa de estacionamento de suporte.

**Respostas dos candidatos à Presidência da Câmara Municipal de Grândola
às perguntas colocadas por cidadãos**

Fátima Luzia – CDU:

Vamos com muita determinação concluir o PMUS (Plano de Mobilidade Urbano Sustentável) de todo o Concelho. Com este instrumento de planeamento vamos criar em redor dos centros urbanos de Grândola, Carvalhal e Melides mais de 500 lugares de estacionamento.

Relativamente à introdução de transportes públicos entre a vila e as Aldeias do Concelho, iremos procurar financiamentos, realizar estudos de mobilidade, funcionamento e económico financeiros, com vista à sua implementação.

5. Uso de Herbicidas em Espaço Público:

Conhece a campanha nacional “Autarquias sem Glifosato”, promovida pela Quercus? Qual é a sua posição relativamente ao uso de herbicidas em espaços públicos no concelho de Grândola?

Sónia dos Reis - AD:

Penso que deve haver muito cuidado, nesta questão. Numa primeira fase, substituir por uma substância mais natural, o ácido pelargónico poderia ser uma possibilidade, que atua por contacto e não deixa resíduos. A deservagem mecânica é sempre uma boa opção (com moto roçadoras) ou evoluir para uma deservagem com máquinas de caldeira com vapor de água quente.

Hugo Constantino - Chega:

Muito sinceramente, até à data do seu email, desconhecia o projeto, Autarquias sem Glifosato. Contudo, já tive a oportunidade de o conhecer e estou plenamente de acordo.

Uma vez que temos alternativas ao uso de produtos químicos, a minha posição é certamente a favor dessas alternativas, sendo também uma delas a monda térmica, através do método de vaporização.

Ao ritmo e avanço que estamos a ter, cada vez mais temos que nos unir a uma evolução mais sustentável e amiga do ambiente.

Aurélio Rocha – IL:

Pelo que sabemos a CMG não utiliza glifosato, usando outros herbicidas com menores impactos. Contudo, como é manifestamente visível em algumas alturas do ano as zonas urbanas exem-se de ervas para lá do aceitável, isto acontece porque há pouca limpeza das ruas e porque há uma degradação dos passeios. O melhoramento das calçadas com aplicação de cimento entre juntas e envernizamento reduzem a existência de ervas e com isso evita-se o uso de tantos herbicidas com vantagens para a saúde pública.

Luis Vital Alexandre – PS:

Existem outras formas de garantir a limpeza urbana além do uso de glifosato. Naturalmente que o uso de glifosato deve ser abandonado tão rápido quanto possível. O maior problema nesta transição poderá ser, para já, a necessidade de reforço de mão de obra, uma vez que não usar herbicidas exige maior frequência de manutenção. Mas hoje também é possível fazer monda térmica, com bons resultados.

Fátima Luzia – CDU:

Infelizmente para todos os Municípios, não existem ainda soluções eficazes para a gestão das infestantes em espaços públicos. O que vamos promover é a utilização de deservagens regulares com recurso a equipamentos de roçar elétricos, bem como realizar diversos projetos piloto com a utilização de herbicidas biológicos.

De referir que na Junta de Freguesia de Grândola e Santa Margarida da Serra, a que tenho presidente há 16 anos, não são usados herbicidas em espaços públicos. A deservagem é feita com recursos a meios humanos e técnicos.